PERFIL ASSOCIATIVO E VÍNCULO PARTIDÁRIO DAS DEPUTADAS FEDERAIS DE DIREITA NO BRASIL (2015-2027)

Letícia Caroline Marcomini (PIC/CNPq), Carla Cecília Rodrigues Almeida (Orientador). E-mail:ccralmeida@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Sociologia / Outras Sociologias Específicas

Palavras-chave: Associativismo; Representação política de mulheres; Partidos Políticos.

RESUMO

A ascensão das forças e da agenda "neoconservadora" no país no último período foi acompanhada por um crescimento da presença no parlamento das deputadas federais de direita, alinhadas com pautas antifeministas. Diante deste cenário, o objetivo da pesquisa foi mapear o perfil associativo dessas deputadas para identificar as bases sociais desse grupo, bem como as relações entre associativismo, partidos políticos e representação política de mulheres. A pesquisa contempla as deputadas federais que ocuparam cadeiras nas legislaturas 55ª (2015 a 2019), 56ª (2019 e 2023) e 57ª (2023 a 2027). A abordagem metodológica do trabalho consiste em uma análise quantitativa centrada na coleta de dados sobre os pertencimentos partidários e os vínculos associativos das deputadas federais pertencentes ao espectro político de direita, bem como outros dados sociodemográficos retirados do site da Câmara dos Deputados, do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de sites pessoais das deputadas. Os resultados da pesquisa indicam que o associativismo continua sendo um elemento importante para explicar o recrutamento político das mulheres, mas vem passando por transformações, incorporando novas formas de organização e mobilização, especialmente no ambiente digital.

INTRODUÇÃO

A crise vivenciada pelas esquerdas nas últimas décadas, marcada pelo fortalecimento das direitas no Brasil, colocou no centro das disputas políticas as causas feministas e de outros grupos minoritários. Nos debates sobre as democracias contemporâneas, a reduzida presença feminina em instâncias de representação política tornou-se um tema de destaque. Almeida, Luchmann e Ribeiro (2012) ilustram a disparidade de gênero entre os parlamentares em exercício na Câmara dos Deputados entre 2003 e 2015. Segundo o estudo, na legislatura de 2003-2007, havia 42 mulheres e 471 homens; na de 2007-2011, 45 mulheres e 468 homens; na de 2011-2015, 46 mulheres e 467 homens.

A percepção de que a sub-representação feminina nestas instâncias representa uma injustiça fundamental tem sido reforçada por pesquisas que indicam que a participação de mulheres nas instituições impacta sobre a configuração das agendas temáticas decisórias (Almeida; Luchmann; Ribeiro, 2012). Diante deste contexto, a presente pesquisa realizou uma análise do perfil das deputadas federais do espectro político de direita no Brasil, explorando as relações entre associativismo, representação política e partidos nos campos já mencionados.

O associativismo pode ser descrito como a participação em diversos tipos de organizações, grupos, movimentos e formas de engajamento militante, e desempenha diversos papéis no processo democrático. Este modelo de participação funciona como um componente vital da representação democrática atuando em diferentes níveis e formas para mediar a relação entre a sociedade e o Estado, dar voz à opinião pública e estruturar a competição e deliberação política (Urbinati, 2006).

Na perspectiva de compreender o fenômeno da sub-representação, vários trabalhos vêm se dedicando para identificar e analisar as bases sociais que sustentam a força política desses grupos, colocando em foco as conexões entre organizações de base, partidos políticos e arenas eleitorais (Abers; Tatagiba, 2022). O presente estudo pretende oferecer uma contribuição à discussão que examina as relações entre o fenômeno associativo e a democracia, ao compreender as bases associativas do recrutamento político das deputadas federais do espectro de direita, e suas relações com a filiação partidária. Este trabalho foi realizado como continuidade de uma pesquisa anterior[1] que mapeou o perfil associativo das mulheres parlamentares na Câmara Federal brasileira entre 2002 a 2015. A tarefa específica desta pesquisa, foi, então, analisar os dados do período de 2015 a 2027 referente às deputadas de direita.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa utilizou abordagem quantitativa, baseada em dados de filiação partidária, vínculos associativos e perfil sociodemográfico das deputadas federais do espectro de direita eleitas nas legislaturas 55ª, 56ª e 57ª (2015 - 2027). As informações foram coletadas no site da Câmara dos Deputados, no site do TSE e em sites pessoais. A classificação ideológica dos partidos seguiu Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) e Bolognesi *et al.* (2025), e para a tipologia dos vínculos associativos foi utilizado a classificação de Almeida, Luchmann e Ribeiro (2012). O trabalho considera todas as mulheres que passaram pela câmara no período analisado, independente de ter sido eleita titular ou de ter assumido como suplente, licenciada ou renunciante. Essa opção decorre do objetivo de contemplar o universo mais amplo de mulheres que exerceram mandato no período.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

[1] ALMEIDA, Carla; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; LUCHMANN, L. H. Associativismo e representação política feminina no Brasil. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 237-263, 2012.

O trabalho indica uma fragmentação dos partidos políticos, evidenciada pela ampla distribuição de deputadas entre diferentes legendas. Nesse cenário, o Partido Liberal (PL) se destaca possuindo a maior concentração de deputadas na 57ª Legislatura, com 21 cadeiras. Os dados também mostram o esvaziamento do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ao longo das legislaturas analisadas.

Grande parte das deputadas analisadas pautam a defesa do agronegócio, o que pode ser relacionado com o expressivo aumento de deputadas dos estados de Minas Gerais e Mato Grosso. Do total de deputadas consideradas no período, 51% delas possuem algum tipo de vínculo associativo, comprovando a importância desse mecanismo de recrutamento político. Observa-se uma forte presença de deputadas em modalidades associativas: organizações religiosas; organizações assistenciais; organizações de mulheres. Vale ressaltar o surgimento de uma nova modalidade associativa nas últimas duas legislaturas que pode ser classificada como "contramovimento". Segundo a bibliografia, diz respeito a organizações criadas explicitamente para se contraporem a outras, como é o caso do Movimento Escola Sem Partido (Silva; Pereira, 2020).

As modalidades associativas contramovimento e contra-corrupção, estão presentes majoritariamente nos partidos Partido Social Liberal (PSL) e PL. Já na modalidade associativa de organização de mulheres, os partidos em destaque são PL, Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido Progressista (PP).

A análise dos perfis das redes sociais das deputadas federais de direita evidenciou que seus engajamentos políticos são amplamente divulgados, realizados e compartilhados via rede social, o que demonstra que ela se tornou um importante meio para as deputadas se comunicarem com suas bases sociais, bem como manifestarem seu apoio ou repúdio a determinadas pautas políticas.

Já entre as deputadas que não apresentaram vínculos associativos, o ativismo digital é amplamente presente, sendo comum a utilização das redes sociais para a construção de uma identidade política baseada em pautas como pró-vida, pró-armas, entre outras.

CONCLUSÕES

Os resultados reforçam que as formas de representação política são influenciadas pelas bases associativas que sustentam as trajetórias das parlamentares. No caso das deputadas analisadas, essas bases se concentram em organizações religiosas, organizações assistenciais e organizações de mulheres. Sendo assim, o associativismo continua sendo um elemento importante para explicar o recrutamento político das mulheres, mas vem passando por transformações, incorporando novas formas de organização e mobilização, especialmente no ambiente digital.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento através da Bolsa de Iniciação Científica, ao INCT Participa e a

Profª. Dra. Carla Almeida pelas orientações concedidas durante o período de realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; TATAGIBA, Luciana. Os movimentos sociais e as eleições de 2022. *In*: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). **Democracia e eleições no Brasil**: para onde vamos?. São Paulo: Hucitec Editora/ANPOCS, 2022. p. 355-374.

ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 8, p. 237-263, 2012.

BOLOGNESI, Bruno *et al*. O desaparecimento do centro ideológico no sistema partidário brasileiro: a classificação mais atualizada dos experts. **Opinião Pública**, Campinas, v. 31, p. 1-28, 2025.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 1-29, 2023.

SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 20, p. 26–49, 2020.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática?. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 191–228, 2006.